

# Câmara Municipal de Mariana/MG

**Concurso Público  
Edital 01/2025**



**Redator de Ata**

**MANHÃ**

**PROVA TIPO 1 – BRANCA**

**CARGO: REDATOR DE ATA**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Texto para responder às questões de **01** a **05**.

**Sozinhos**

Esta ideia para um conto de terror é tão terrível que, logo depois de tê-la, me arrependi. Mas já estava tida, não adiantava mais. Você, leitor, no entanto, tem uma escolha. Pode parar aqui, e se poupar, ou ler até o fim e provavelmente nunca mais dormir. Vejo que decidi continuar. Muito bem, vamos em frente. Talvez, posta no papel, a ideia perca um pouco do seu poder de susto. Mas não posso garantir nada. É assim:

Um casal de velhos mora sozinho numa casa. Já criaram os filhos, os netos já estão grandes, só lhes resta implicar um com o outro. Retomam com novo fervor uma discussão antiga. Ela diz que ele ronca quando dorme, ele diz que é mentira.

– Ronca.

– Não ronco.

– Ele diz que não ronca – comenta ela, impaciente, como se falasse com uma terceira pessoa.

Mas não existe outra pessoa na casa. Os filhos raramente visitam. Os netos, nunca. A empregada vem de manhã, faz o almoço, deixa o jantar e sai cedo.

Ficam os dois sozinhos.

– Eu devia gravar os seus roncos, pra você se convencer – diz ela. E em seguida tem a ideia infeliz. – É o que eu vou fazer! Esta noite, quando você dormir, vou ligar o gravador e gravar os seus roncos.

– Humrfm – diz o velho.

Você, leitor, já deve estar sentindo o que vai acontecer. Pare de ler, leitor. Eu não posso parar de escrever. As ideias não podem ser desperdiçadas, mesmo que nos custem amigos, a vida ou o sono. Imagine se Shakespeare tivesse se horrorizado com suas próprias ideias e deixado de escrevê-las, por puro comedimento. Não que eu queira me comparar a Shakespeare. Shakespeare era bem mais magro. Tenho que exercer este ofício, esta danação. Você, no entanto, não é obrigado a me acompanhar, leitor. Vá passear, vá tomar um sol. Uma das maneiras de controlar a demência solta no mundo e deixar os escritores falando sozinhos, exercendo sozinhos a sua profissão malsã, o seu vício solitário. Você ainda está lendo. Você é pior do que eu, leitor. Você tinha escolha.

Sozinhos. Os velhos sozinhos na casa. Os dois vão para a cama. Quando o velho dorme, a velha liga o gravador. Mas em poucos minutos a velha também dorme. O gravador fica ligado, gravando. Pouco depois a fita acaba.

Na manhã seguinte, certa do seu triunfo, a velha roda a fita. Ouvem-se alguns minutos de silêncio. Depois, alguém roncando.

– Rarrá! – diz a velha, feliz.

Pouco depois ouve-se o ronco de outra pessoa, a velha também ronca!

– Rarrá! – diz o velho, vingativo.

E em seguida, por cima do contraponto de roncos, ouve-se um sussurro. Uma voz sussurrando, leitor. Uma voz indefinida. Pode ser de homem, de mulher ou de criança. A princípio – por causa dos roncos – não se distingue o que ela diz. Mas aos poucos as palavras vão ficando claras. São duas vozes.

É um diálogo sussurrado.

“Estão prontos?”

“Não, acho que ainda não...”

“Então vamos voltar amanhã...”

(*VERÍSSIMO, Luis Fernando. Comédias para se ler na escola. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.*)

**Questão 01**

**Ao considerar a obra de Luís Fernando Veríssimo, infere-se que o autor retrata sobre um fato comum da realidade de muitos casais idosos atualmente. Em seu contexto geral, é possível compreender que o texto:**

- A) Versa sobre as doenças relacionadas ao envelhecimento, dentre elas se destaca a demência, que afeta a convivência entre os casais de idosos.
- B) Aborda apenas a convivência permeada por conflitos e desavenças que os casais adquirem ao morar sozinhos por longos anos, mesmo com a presença rotineira dos filhos.
- C) Apresenta um casal que vive junto há muitos anos após criar sua família – onde um conta apenas com a companhia do outro – e que, apesar das divergências, permanece unido.
- D) Informa e exemplifica fatos considerados incomuns que ocorrem rotineiramente nas madrugadas, em específico com casais da terceira idade que não possuem companhia de terceiros.

### Questão 02

Os dígrafos são caracterizados como duas letras que representam uma única unidade sonora, ou fonema, no sistema de escrita. (NUNES, Bryant, 2014.)

Há dois tipos de dígrafos: consonantal e vocálico. Considerando o exposto, analise os trechos a seguir e assinale o que possui dígrafo vocálico.

- A) “Uma voz indefinida.” (16º§)
- B) “Já criaram os filhos, [...]” (2º§)
- C) “Os velhos sozinhos na casa.” (11º§)
- D) “Uma voz sussurrando, leitor.” (16º§)

### Questão 03

Para Cunha (1986, p. 511), “as preposições são os vocábulos gramaticais invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo sentido do segundo (consequente)”. Nesse contexto, analise as frases a seguir e assinale a associação INCORRETA.

- A) “Os dois vão para a cama.” (11º§) – finalidade.
- B) “Pode parar aqui, e se poupar, ou ler até o fim [...]” (1º§) – distância.
- C) “A princípio – por causa dos roncos – não se distingue o que ela diz.” (16º§) – tempo.
- D) “Talvez, posta no papel, a ideia perca um pouco do seu poder de susto.” (1º§) – causa.

### Questão 04

O gênero crônica se caracteriza por textos, na maioria das vezes, curtos, com uma linguagem mais acessível ao leitor, sendo leve e objetiva em seu contexto. A crônica aborda os aspectos da vida, ou seja, do cotidiano, com intenções humorísticas ou irônicas. Considerando o contexto do texto lido, assinale a afirmativa correta.

- A) A crônica em análise possui um tom subjetivo, ou seja, o autor possui um ar lírico e poético em suas falas ao longo do texto.
- B) O texto retrata uma crônica histórica, versando sobre acontecimentos que ocorreram em momentos importantes da sociedade e de personagens consagrados.
- C) O texto é uma crônica jornalística, versando sobre reportagens de forma objetiva e seguindo a realidade dos fatos narrados, ou seja, a forma literal dos acontecimentos.
- D) Refere-se a uma crônica humorística, visto que o cronista chama a atenção do leitor abordando a história de um casal comum da terceira idade, utilizando traços cômicos do cotidiano.

### Questão 05

Os trechos a seguir foram extraídos do texto; analise-os e assinale a afirmativa correta.

- A) No trecho “Você, no entanto, não é obrigado a me acompanhar, leitor.” (10º§), a expressão “no entanto” expressa ideia de finalidade.
- B) Em “Um casal de velhos mora sozinho numa casa.” (2º§), o termo “numa” se refere à contração da preposição “em” com o artigo indefinido “um”.
- C) No trecho “Mas não existe outra pessoa na casa. Os filhos raramente visitam. Os netos, nunca.” (6º§), a palavra “raramente” retrata um advérbio de tempo.
- D) Em “– Eu devia gravar os seus roncos, pra você se convencer – diz ela. E em seguida tem a ideia infeliz. – É o que eu vou fazer!” (8º§), a expressão “em seguida” se refere a uma locução adverbial de modo.

Texto para responder às questões de 06 a 10.

Na primeira infância, as experiências com a dor pareciam não ficar tão marcadas em sua mente. Não que você lembre. Então, quando você corre, quando você pula, quando você brinca, você não tem medo. E às vezes, na vida adulta, você sonhava em recuperar aquele sentimento ingênuo, sem fobias e sem receio. Mas com o passar do tempo tinha a impressão de que as possibilidades de sentir dor iam se ampliando e limitando sua liberdade. Viver passou a ser uma questão de evitar a dor a qualquer custo. Numa espécie de encarceramento voluntário, você vai sendo acossado dia após dia pelo medo do desconforto. No entanto, aos quatro anos, quando prenderam seus dedos numa porta, talvez não seja possível dizer que sua fobia de dor tenha começado ali. Mas foi aos quatro anos que você tomou consciência plena dela. Tomou consciência da trajetória da dor: da demora em senti-la depois do ato traumático, porque a dor nunca é instantânea. A dor ressoa. Pulsa no ritmo agudo dos batimentos cardíacos. Toda a sua vida se resume naquele pedaço do seu corpo que agora grita.

(TENÓRIO, Jeferson. O avesso da pele. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 70. Fragmento.)

**Questão 06**

O texto faz parte do livro “O avesso da pele”, do escritor Jeferson Tenório. Após a leitura, pode-se afirmar que o narrador:

- I. Aprecia, ainda que metaforicamente, cada momento em que sente dor.
- II. Lamenta não recordar os momentos em que sentiu desconforto na infância.
- III. Sente a dor de forma intensa.
- IV. Vive com a sensação de que a dor reverbera.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

**Questão 07**

Assinale a palavra que possui o mesmo processo de formação do vocábulo “desconforto”.

- A) Perfurar.
- B) Vinhedo.
- C) Realismo.
- D) Temporada.

**Questão 08**

Considerando o contexto e o advérbio destacado em “Tomou consciência da trajetória da dor: da demora em senti-la depois do ato traumático, porque a dor nunca é instantânea.”, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) É um advérbio de negação.
- ( ) O vocábulo colabora para o entendimento de que, após tomar consciência da dor, o narrador passou a ter sempre a mesma sensação sobre ela.
- ( ) Caso seja omitido, o sentido da frase é alterado.
- ( ) Pode ser substituído pelo advérbio “efetivamente”.

A sequência está correta em

- A) F, V, V, F.
- B) V, V, V, F.
- C) F, F, F, V.
- D) V, F, F, V.

**Questão 09**

Assinale, a seguir, a alternativa em que o acento indicativo de crase foi empregado pelo mesmo motivo que em “E às vezes, na vida adulta, você sonhava em recuperar aquele sentimento ingênuo, sem fobias e sem receio.”.

- A) Às vezes Flávia pensa em se mudar para Mariana.
- B) Todas às vezes que Túlio foi à Mariana foram inesquecíveis.
- C) Joice visita o centro histórico todas às vezes que vai à Mariana.
- D) Foram raras às vezes que Mateus não passou as férias em Mariana.

**Questão 10**

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, são considerados itens obrigatórios na elaboração do padrão ofício de uma página, EXCETO:

- A) Fecho.
- B) Cabeçalho.
- C) Numeração da página.
- D) Identificação do expediente.

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

**Questão 11**

A Câmara Municipal do município Z realiza fiscalizações periódicas para garantir a transparência na execução dos contratos públicos. Nesse sentido, considere os seguintes argumentos levantados durante uma auditoria:

**Argumento 1:**

- Se uma empresa contratada apresenta toda a documentação regular e cumpre os prazos estabelecidos, então ela recebe o pagamento sem penalidades;
- A empresa contratada não recebeu o pagamento sem penalidades;
- Logo, a empresa não apresentou toda a documentação regular e não cumpriu os prazos estabelecidos.

**Argumento 2:**

- Se um contrato foi aprovado pela Câmara Municipal, então ele passou por análise jurídica;
- O contrato passou por análise jurídica;
- Logo, o contrato foi aprovado pela Câmara Municipal.

**Com base nas regras da lógica argumentativa, é correto afirmar que:**

- A) Apenas o argumento 1 é válido.
- B) Apenas o argumento 2 é válido.
- C) Ambos os argumentos são válidos.
- D) Ambos os argumentos não são válidos.

**Questão 12**

A Câmara Municipal de determinado município está organizando um levantamento estatístico sobre a renda mensal dos servidores. Foram coletados dados de 100 servidores, constatando-se que:

- 70 servidores recebem salário acima de R\$ 4.000,00;
- 50 servidores possuem curso superior; e
- 30 servidores possuem ambas as características: recebem salário acima de R\$ 4.000,00 e possuem curso superior.

**Com base nesses dados, quantos servidores não possuem curso superior nem recebem salário acima de R\$ 4.000,00?**

- A) 10.
- B) 20.
- C) 30.
- D) 40.

**Questão 13**

A Câmara Municipal de Mariana está planejando uma reforma para ampliação do número de vagas de seu estacionamento. Foi estimado que o custo total  $C(x)$  pode ser modelado pela equação:  $C(x) = x^2 + 20x + 1000$ , onde  $x$  representa o número de novas vagas adicionadas. Sabendo que o orçamento disponível para a reforma é de R\$ 5.800,00, quantas vagas poderão ser adicionadas ao estacionamento utilizando-se todo o orçamento disponível?

- A) 40.
- B) 50.
- C) 60.
- D) 70.

**Questão 14**

A Câmara Municipal de determinado município aprovou a ampliação de dois setores administrativos responsáveis pelo atendimento ao público: protocolo e ouvidoria. Antes da ampliação, o número de servidores nesses setores estava distribuído segundo a proporção de 3:5, seguindo a ordem apresentada anteriormente. Com a ampliação, foram contratados 15 novos servidores para o setor de protocolo e 20 para o setor de ouvidoria, fazendo com que o número total de servidores em cada setor passasse a respeitar a proporção de 2:3, mantendo a mesma ordem. Com base nessas informações, quantos servidores, no total, havia nesses dois setores antes da ampliação?

- A) 40.
- B) 60.
- C) 80.
- D) 100.

## Questão 15

Determinada Câmara Municipal, no exercício de sua função fiscalizadora, acompanhou a execução do programa de modernização da iluminação pública realizado pela prefeitura. O relatório apresentado indicou que, no primeiro mês, 15 postes foram modernizados e, a cada mês subsequente, a quantidade de postes modernizados aumentou em 7 unidades. Sabendo que o programa teve duração de 18 meses, o número total de postes modernizados está compreendido entre:

- A) 1.150 e 1.200.
- B) 1.201 e 1.250.
- C) 1.250 e 1.300.
- D) 1.301 e 1350.

## CONHECIMENTOS DE DIREITO E LEGISLAÇÃO

## Questão 16

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer momento, por determinação judicial.
- C) É garantido o direito de propriedade. A propriedade atenderá a sua função social. Nos termos da lei, é possível a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- D) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

## Questão 17

Um cidadão marianense apresentou à Câmara Municipal de Mariana, com fundamento na Lei nº 12.527/2011, pedido de acesso a informações dos dados cadastrais dos imóveis de titularidade do município de Mariana inscritos no Cadastro Fiscal Imobiliário do próprio município. Considerando que os órgãos da Câmara Municipal de Mariana não detêm a informação solicitada, a qual pode ser obtida na Coordenadoria de Serviços de Arrecadação e Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança do município de Mariana, assinale a alternativa correta quanto à providência cabível ao órgão da Câmara Municipal que recebeu o pedido hipotético de acesso à informação.

- A) Conceder o acesso imediato à informação disponível.
- B) Obter a informação junto ao órgão que a detém e, posteriormente, conceder o acesso à informação.
- C) Comunicar que não possui a informação e indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém.
- D) Oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação, mesmo se tratando de informação de outro órgão público.

## Questão 18

A Constituição Federal de 1988 definiu certos limites relacionados ao Poder Legislativo Municipal baseados no número de habitantes do respectivo município. Considerando, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que a população do município de Mariana, em 2022, era de 61.387 habitantes, sendo estimada em 64.058 pessoas no ano de 2024, assinale a afirmativa correta em relação aos limites constitucionais aplicáveis ao Poder Legislativo do município de Mariana.

- A) Para a composição da Câmara Municipal de Mariana, será observado o limite máximo de dezessete Vereadores.
- B) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores da Câmara Municipal de Mariana não poderá ultrapassar o montante de sete por cento da receita do município efetivamente realizada no exercício anterior.
- C) O subsídio dos Vereadores será fixado pela Câmara Municipal de Mariana em cada legislatura para a subsequente, observado o limite máximo correspondente a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais do estado de Minas Gerais.
- D) O total da despesa do Poder Legislativo do Município de Mariana, incluídos os subsídios dos Vereadores e os demais gastos com pessoal inativo e pensionistas, não poderá ultrapassar o percentual de oito por cento do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício anterior.

## Questão 19

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Mariana – SAAE Mariana, pessoa jurídica de direito público, foi criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública relacionadas aos serviços de água potável, de esgotos sanitários e de drenagem pluvial urbana, que requeriam, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. Sobre a natureza jurídica do SAAE Mariana, é correto afirmar que se trata de uma:

- A) Autarquia.
- B) Empresa pública.
- C) Fundação pública.
- D) Sociedade de economia mista.

## Questão 20

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição. Os municípios reger-se-ão por suas Leis Orgânicas, votadas, aprovadas e promulgadas pelas respectivas Câmaras Municipais. Sobre o que compete aos municípios nos termos da Constituição Federal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- B) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental e médio.
- C) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- D) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

## Questão 21

O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutela a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa. Sobre as condutas dolosas tipificadas na Lei nº 8.429/1992, que são consideradas atos de improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar, manter ou extinguir benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- B) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada, entre outras, pela conduta de deixar de prestar contas, em qualquer caso, com vistas a ocultar irregularidades.
- C) Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no enunciado, e notadamente, entre outras, incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de tais entidades.
- D) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no enunciado, e notadamente, entre outras, permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer de tais entidades, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço superior ao de mercado.

## Questão 22

A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único. São consideradas diretrizes da organização do Sistema Único de Saúde (SUS), EXCETO:

- A) Participação da comunidade.
- B) Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
- C) Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- D) Financiamento com recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não podendo, em cada esfera de governo, ser inferior a quinze por cento da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro.

## Questão 23

**Caso a Câmara Municipal de Mariana pretenda alienar veículos inservíveis pertencentes ao seu patrimônio, deverá realizar licitação na modalidade leilão, adjudicando o bem a quem oferecer o maior lance, conforme determina a Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Sobre as regras da licitação na modalidade leilão, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Câmara Municipal de Mariana.
- B) O leilão exigirá registro cadastral prévio, dispensando-se a fase de habilitação, e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.
- C) Além da divulgação no sítio eletrônico oficial, o edital do leilão será afixado em local de ampla circulação de pessoas na Câmara Municipal de Mariana e poderá, ainda, ser divulgado por outros meios necessários para ampliar a publicidade e a competitividade da licitação.
- D) O leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterà, obrigatoriamente, entre outras coisas, a descrição dos veículos, com suas características; o valor pelo qual foram avaliados; o preço mínimo pelo qual poderão ser alienados; as condições de pagamento; e a especificação de eventuais ônus, gravames ou pendências existentes sobre os veículos a serem leiloados.

## Questão 24

**O Presidente da Câmara Municipal de determinado município levantou questionamento, em sessão pública, sobre a necessidade do livre acesso dos cidadãos às informações a respeito de como o dinheiro público está sendo utilizado, especialmente o gasto com remuneração dos servidores, pois a consulta pode ser feita a qualquer momento por meio do “Portal da Transparência” e outros meios de divulgação. Considerando a situação hipotética narrada, bem como a manifestação dos Vereadores presentes, assinale a afirmativa correta.**

- A) O controle social e oficial dos gastos públicos é direito dos cidadãos; porém, a divulgação da remuneração dos servidores viola o direito à intimidade e à privacidade destes.
- B) A publicidade das informações será feita de acordo com o interesse da Administração, que se sobrepõe ao interesse particular da coletividade, sob pena de oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do país.
- C) A divulgação oficial da remuneração de servidores públicos na *internet* é legítima, pois é de interesse geral, devendo prevalecer o princípio da publicidade administrativa, que preconiza o acesso à informação pública e a transparência em favor da cidadania.
- D) O acesso às informações públicas deve ser irrestrito, observando o interesse público da informação e utilizando o critério mais restritivo possível, já que a pessoa que decide ingressar no serviço público renuncia à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.

## Questão 25

**Para realizar cadastro e ter acesso ao *site* que oferece cursos profissionalizantes gratuitos, determinado cidadão precisou fornecer diversos dados pessoais. Contudo, após a efetivação do cadastro, o titular deseja ter acesso às informações sobre o tratamento dos seus dados, que foram fornecidos com o seu consentimento expresso. Nesse contexto, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizados de forma clara, adequada e ostensiva.
- B) Na hipótese em que o consentimento é requerido, esse será considerado nulo caso as informações fornecidas ao titular tenham conteúdo enganoso ou abusivo.
- C) Por se tratar de fornecimento de dados com consentimento, o titular passa a não ter direitos ou interferência sobre como será feito o tratamento e a destinação dos seus dados.
- D) Se houver mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais não compatíveis com o consentimento original, o titular poderá revogar o consentimento, caso discorde das alterações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**CONHECIMENTOS DO CARGO**

**Texto para responder às questões de 26 a 30. Leia-o atentamente.**

Ao receber um texto para avaliar, o profissional da revisão, em uma primeira leitura, pode ter sua atenção despertada para aspectos mais superficiais do texto, mas é necessário lembrar que, se fossem ordenar as tarefas de uma revisão textual, a última etapa seria a verificação desses aspectos. Antes de verificá-los, o revisor precisa ater-se a dois aspectos fundamentais de um texto: seu gênero e sua textualidade. São esses aspectos que irão garantir a legibilidade e adequação globais do texto. Além do mais, para se avaliar tais aspectos, geralmente mais de uma leitura do texto deve ser feita, assim o revisor passará a ter um conhecimento mais aprofundado do texto com o qual lida.

Como vários autores, ao definirem gênero textual ou gênero discursivo, revisam Bakhtin (Cf. BRONCKART, 1999; MARCUSCHI, 2002, 2006, 2008), entende-se que é importante retomar as ideias, sobre esse tema, do precursor da noção de gênero na linguística, a fim de discutir como elas podem contribuir para a revisão textual. Bakhtin (1992) constrói sua reflexão sobre a interação verbal baseando-se na estreita relação entre língua e sociedade. Os múltiplos usos linguísticos, para ele, são relacionados a diferentes esferas sociais, condicionando, pois, o aparecimento de enunciados distintos, ligados às mais diversas ações humanas. De acordo com o autor, em cada situação produz-se um único enunciado, mas as produções semelhantes levam a enunciados semelhantes, gerando a ocorrência de “tipos ‘relativamente estáveis’ de enunciados”, denominados pelo autor de “gêneros do discurso”.

Ao trabalhar com a definição bakhtiniana é possível, ainda, ressaltar duas características fundamentais do gênero: seu caráter estável (modelar) e seu caráter flexível (relativamente estável). Em relação ao aspecto modelar dos gêneros, pode-se dizer, como Marcuschi (2002, p. 19), que “os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia”, em atividades de interação verbal que tenham as mesmas finalidades. Por outro lado, os gêneros, ao mesmo tempo em que modelam ou fixam, são também flexíveis, maleáveis, dinâmicos. Apesar de textos que se materializam em um mesmo gênero apresentarem características semelhantes, os gêneros não funcionam como formas, engessando os textos para que se mostrem iguais.

Disso decorre que, ao receber um texto para revisão, o revisor precisa ter consciência de quais características do gênero são fundamentais, devendo, portanto, estar presentes, e das características opcionais, flexíveis. Por exemplo, ao revisar um artigo de opinião, cuja finalidade é opinar, argumentar sobre um fato, o revisor deve, em primeiro lugar, verificar se o texto com que trabalha cumpre a finalidade de opinar sobre um fato. Para cumprir essa finalidade, algumas características referentes ao estilo e à estrutura composicional serão idênticas nos diversos textos desse gênero, outras serão variáveis. Faz-se importante, também, lembrar que a determinação do gênero e de sua finalidade servirá de base para pensar também os aspectos pragmáticos da textualidade. Segundo Costa Val (2004), a textualização está ligada a propriedades que fazem com que um texto seja algo mais que uma sequência de frases isoladas (fatores de textualidade) e a relações entre essas propriedades com o contexto de enunciação em que o texto aparece. Antes de proceder à revisão de um texto, o revisor deve estar atento também a fatores mais globais, tais como aqueles que se voltam para aspectos gráficos, normalizadores e temáticos do material submetido à sua apreciação. Para tanto, é imprescindível identificar o gênero do texto a ser revisado, bem como o suporte e a esfera em que será veiculado, pois a posse desses dados lhe permitirá julgar a (in)adequação: i) de questões relacionadas à composição visual e material do texto (revisão gráfica); ii) de aspectos relacionados à metodologia e à editoração; iii) de fatores ligados à propriedade e à consistência das informações apresentadas em função do interlocutor e da situação, além, é claro; iv) de questões relacionadas aos aspectos gramaticais e ortográficos do texto (revisão linguística).

(COELHO, Sueli Maria; ANTUNES, Leandra Batista. *Revisão textual: para além da revisão linguística. Scripta, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, 2010, p. 205-224. Adaptado.*)

**Questão 26**

**Considerando as informações apresentadas no texto, analise as asserções e a relação proposta entre elas.**

- I. “A identificação do gênero textual e dos fatores de textualidade é essencial no processo de revisão, pois garante a adequação do texto ao seu propósito comunicativo.”

**PORQUE**

- II. “Os gêneros textuais são estruturas fixas, com regras restritas de composição e estilo, que não permitem variações conforme o contexto de produção e circulação do texto.”

**Assinale a alternativa correta.**

- A) A asserção I é verdadeira; a II é falsa.  
 B) A asserção I é falsa; a II é verdadeira.  
 C) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.  
 D) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

## Questão 27

A teoria da enunciação analisa a produção do texto escrito a partir da relação entre o sujeito que enuncia e o contexto de comunicação. No texto são destacados dois aspectos essenciais para a revisão textual: a identificação do gênero e a textualidade, ambos diretamente ligados ao propósito comunicativo do enunciador. Com base nessa perspectiva, a relação entre a teoria da enunciação e o processo de revisão textual permite compreender que a produção do texto escrito deve considerar, respectivamente,

- A) a intuição do revisor e a formalidade do gênero textual.
- B) a subjetividade do revisor e a estrutura sintática do texto.
- C) o contexto comunicativo e a intencionalidade do enunciador.
- D) a normatividade gramatical e a liberdade de expressão do autor.

## Questão 28

No processo de redação e revisão de discursos legislativos, é fundamental garantir clareza, precisão e coerência textual, respeitando tanto os aspectos técnicos da comunicação quanto os princípios jurídicos que regem a produção legislativa. Considerando esses critérios, assinale, a seguir, um elemento essencial para a revisão de discursos no contexto legislativo.

- A) A supressão de repetições intencionais no discurso, tornando-o mais conciso, ainda que prejudique a ênfase dada pelo orador.
- B) A adaptação do conteúdo, para que o discurso esteja alinhado com a opinião pública, independentemente do posicionamento do orador.
- C) A priorização da formalidade extrema na linguagem do discurso, garantindo que não haja nenhuma adaptação ao perfil do público-alvo.
- D) A verificação da legalidade dos termos utilizados no discurso, garantindo que estejam de acordo com os princípios jurídicos e regimentais da instituição.

## Questão 29

Na redação e na revisão de textos legislativos e normativos, é essencial compreender conceitos fundamentais da linguística, como a distinção entre língua e fala, a relação entre significante e significado e a construção do sentido textual. Considerando esses aspectos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A língua é um sistema de signos estruturado e relativamente estável, enquanto a fala corresponde ao uso individual e momentâneo desse sistema pelos falantes.
- II. O significante e o significado são elementos indissociáveis do signo linguístico, sendo que o primeiro corresponde à imagem acústica e o segundo, ao conceito associado a essa imagem.
- III. A referência de um texto jurídico é sempre objetiva e inequívoca, pois os significados das palavras são fixos e não dependem do contexto de enunciação.
- IV. No processo de redação e revisão, compreender a relação entre referente, referência e representação é essencial para garantir que o sentido do texto corresponda à intenção comunicativa do enunciador.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

## Questão 30

Durante a revisão de uma ata de sessão plenária da Câmara Municipal de determinado município, um revisor percebeu que o documento continha trechos em que havia marcas registradas de opiniões pessoais do redator sobre os debates ocorridos, além de omissões de falas de parlamentares que fizeram pronunciamentos breves. Diante dessa situação, para garantir que a ata esteja adequada às normas técnicas de redação e revisão, o revisor deve:

- A) Manter as omissões, pois discursos breves não precisam ser registrados, desde que a essência da discussão seja preservada.
- B) Excluir as opiniões do redator e incluir um resumo interpretativo do que foi debatido, destacando os pontos mais relevantes.
- C) Remover as opiniões do redator e garantir o registro fiel dos acontecimentos, incluindo todas as falas relevantes, sem omissões ou juízos de valor.
- D) Manter as opiniões do redator, pois elas refletem sua interpretação dos fatos e podem contribuir para a compreensão do que foi discutido na sessão.

**Texto para responder às questões de 31 a 35. Leia-o atentamente.**

Os estudos que abrangem o Tratado da Argumentação (PERELMAN, 1987) encontram-se no campo das artes do discurso, por meio dos estudos da lógica, retórica e dialética. Estas três abordagens se distinguem em relação às perspectivas que guiavam seus estudos, pois quando o interesse estava relacionado em entender as condições de persuasão, fazia-se uso da retórica, mas quando se almejava analisar as condições de uma discussão crítica, utilizava-se a dialética, e a abordagem lógica relacionava-se ao raciocínio conclusivo (ALVES, 2005).

O Tratado da Argumentação compreende o campo da argumentação do verossímil, do plausível e do provável. Este campo fez-se necessário, porque todo raciocínio alheio à lógica formal deixou de ser estudado, assim, o TA pode ser caracterizado como um complemento à teoria da demonstração, que é uma teoria da argumentação (ALVES, 2005).

As pesquisas de Alves (2005) apresentam o TA na perspectiva da abordagem lógica, retórica e descritiva. Lógica, porque pode ser comparado à lógica informal, que estuda os meios de prova não concludentes e pode ser empregada em todos os tipos de situações a partir das justificações, mesmo que o TA preocupe-se antes em descrever como ocorre o raciocínio de cada esquema de argumento. Retórica, por centrar o discurso na relação do orador com o auditório e na importância do aspecto persuasivo e processual da argumentação e descritiva, porque os autores não estão preocupados em ensinar como argumentar, mas em descrever o que persuade os sujeitos.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) assumem a retórica como subtítulo, mas não se prendem somente a ela, tampouco, abordam todas as suas características, ao contrário, ultrapassam seus limites e desenvolvem ideias próprias, com o objetivo de mostrar que “as mesmas técnicas de argumentação se encontram em todos os níveis, tanto no da discussão ao redor da mesa familiar, como no do debate num meio muito especializado” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 8).

Ainda que a retórica tenha como essência a arte de falar em público de modo persuasivo através do discurso, a obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) pretende abranger, além da fala, também a escrita, mas somente no que se refere à estrutura da argumentação e não a forma como o orador se comunica com o auditório.

O auditório, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), é fundamental no desenvolvimento da argumentação, primeiramente porque visa obter a adesão e isso implica que a construção do discurso do orador estará inteiramente direcionada para aqueles que ele pretende influenciar.

No contexto da Nova Retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) identificam um conjunto de aspectos que precisam ser lembrados quando se pretende examinar técnicas argumentativas: o orador deve desenvolver sua argumentação em função do seu auditório; cada auditório admite um conjunto de noções ou princípios que guiam seus atos e estes podem influenciar-lhe; no discurso, o orador seleciona os elementos que serão utilizados e as técnicas para o uso destes, conforme o tempo que dispõe.

Assim, o ouvinte é considerado um ser bem informado, que precisa do empenho do orador para convencê-lo de suas ideias, por isso, a necessidade do bom aproveitamento do tempo para apresentar seus dados, a escolha das palavras mais adequadas, bem como os significados mais relevantes, tornando sua argumentação o mais eficaz possível.

Dessa forma, por razões de comodidade técnica, a argumentação deve ser entendida na perspectiva de Perelman (1987) como um processo que envolve orador e auditório por meio do discurso. Por isso, todas as vezes que nos referirmos ao termo discurso ou argumentação deve-se entender a relação entre orador e auditório.

*(SOUSA, Taize Borges; MALHEIRO, João Manoel da Silva. Análise das técnicas argumentativas da teoria da argumentação a partir da aprendizagem baseada em problemas em um curso de férias. Ens. Pesqui. Educ. Ciênc., Belo Horizonte, p. 21. 2019. Fragmento.)*

## Questão 31

**Durante a preparação da ata de uma sessão plenária, o redator percebeu que um dos parlamentares, ao proferir seu discurso, apresentou informações falsas sobre um Projeto de Lei, atribuindo-lhe características que não cabiam ao seu texto original. Além disso, outro parlamentar contestou a fala, citando a legislação correta e esclarecendo os pontos errados. Diante dessa situação, qual deve ser a conduta do redator ao registrar a ata?**

- A) Omitir a fala do parlamentar que apresentou informações falsas, para evitar que o erro se perpetue no documento oficial.
- B) Acrescentar notas explicativas na ata, esclarecendo quais informações são falsas e quais são corretas, garantindo a precisão do documento.
- C) Corrigir as informações incorretas do primeiro parlamentar no próprio texto da ata, garantindo que apenas os dados corretos sejam registrados.
- D) Registrar fielmente as falas de ambos os parlamentares, sem alterar ou concordar com as informações, pois a ata deve refletir o que foi dito na sessão.

## Questão 32

**Por razões de comodidade técnica, a argumentação deve ser entendida como um processo que envolve orador e auditório por meio do discurso. Assim, para que um discurso argumentativo seja eficaz, o orador deve considerar que:**

- A) A persuasão e a conclusão são óbvias e podem ser utilizadas indistintamente na argumentação.
- B) A argumentação deve ser construída em relação ao auditório, considerando elementos persuasivos adequados.
- C) O discurso argumentativo tem como único objetivo convencer racionalmente o auditório, sem considerar fatores emocionais.
- D) O sucesso da argumentação depende exclusivamente da autoridade do orador, independentemente dos argumentos apresentados.

## Questão 33

Considerando os princípios éticos na elaboração do texto argumentativo, analise as asserções e a relação proposta entre elas.

- I. “A argumentação ética exige que o orador apresente informações verídicas e coerentes, respeitando a inteligência e a autonomia crítica do auditório.”

### PORQUE

- II. “O efeito da argumentação depende, exclusivamente, da qualidade lógica dos argumentos, sendo irrelevante a relação do orador com o auditório e as estratégias persuasivas utilizadas.”

Assinale a alternativa correta.

- A) A asserção I é verdadeira; a II é falsa.  
B) A asserção I é falsa; a II é verdadeira.  
C) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.  
D) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

## Questão 34

Durante a elaboração da ata de uma assembleia, o redator responsável se deparou com discursos de participantes que usaram diferentes estratégias argumentativas para defender seus pontos de vista. O participante **A** apresentou argumentos baseados em princípios consensuais aceitos pela maioria dos presentes, utilizando exemplos familiares e apelando para a noção de bem coletivo. Já o participante **B** baseou sua fala exclusivamente em dados técnicos complexos, sem considerar o perfil do auditório e sem explicar os termos utilizados. Nesse sentido, considerando a postura mais adequada para a construção de um discurso eficaz em contextos formais de registro, assinale a afirmativa correta.

- A) O participante **A** utilizou melhor as técnicas argumentativas, pois adaptou seu discurso ao auditório e buscou a adesão dos ouvintes, conforme preconiza a Nova Retórica.  
B) Nenhum dos participantes utilizou adequadamente as técnicas argumentativas, pois a Nova Retórica valoriza apenas a apresentação estética da linguagem e não o conteúdo.  
C) O participante **B** utilizou melhor as técnicas argumentativas, pois priorizou o rigor técnico e a terminologia especializada, que são mais importantes que a compreensão do público.  
D) Ambos os participantes utilizaram adequadamente as técnicas argumentativas, pois tanto o rigor técnico quanto a adaptação ao auditório são equivalentes em contextos de registro formal.

## Questão 35

Durante a redação da ata de uma audiência pública sobre políticas ambientais, o redator percebeu que um dos participantes apresentou um argumento baseado exclusivamente em valores morais e opiniões pessoais, enquanto outro fundamentou sua fala em dados científicos e jurídicos. Diante dessa situação, a conduta do redator ao registrar a argumentação na ata deve ser:

- A) Registrar ambos os argumentos de forma objetiva e imparcial, respeitando a diversidade dos âmbitos da argumentação sem ponderação de valor.  
B) Priorizar o argumento fundamentado em dados científicos e jurídicos, pois apenas esse tipo de argumentação é válido para ser registrado oficialmente.  
C) Reformular a fala do participante que forneceu argumentos subjetivos, reestruturando-a para que se encaixe em uma abordagem mais lógica e técnica.  
D) Omitir a fala baseada em valores morais e opiniões pessoais, pois esse tipo de argumentação não tem relevância jurídica e pode comprometer a seriedade da ata.

## Questão 36

Um sofisma é um argumento aparentemente lógico, mas que contém uma falácia intencional com o objetivo de persuadir ou enganar o interlocutor. Diferentemente das falácias cometidas por erro ou ignorância, o sofisma é utilizado de maneira deliberada para induzir ao erro. Por exemplo, afirmar que “quem não trabalha tem muito tempo livre; se tempo é dinheiro, quem não trabalha é rico” é um sofisma, pois manipula conceitos para chegar a uma conclusão falsa.

(Disponível em: <https://www.uniriotec.br/>. Acesso em: março de 2025.)

**Durante uma reunião da Comissão de Finanças, um parlamentar argumentou contra a implementação de um novo imposto sobre produtos de luxo, fazendo a seguinte afirmativa: “Se aumentarmos os impostos sobre produtos de luxo, os ricos gastarão menos. Se os ricos gastarem menos, a economia será prejudicada. Portanto, aumentar impostos sobre produtos de luxo prejudica a economia”. Com base na situação hipotética descrita, sobre o argumento apresentado pelo parlamentar, analise as afirmativas a seguir.**

- I. O argumento é um sofisma, pois parte de premissas aparentemente lógicas para chegar a uma conclusão que pode não ser verdadeira.
- II. O argumento utiliza a falácia da falsa causa, ao assumir que a redução de gastos dos ricos levará necessariamente a um prejuízo para a economia.
- III. O argumento é válido, pois segue uma estrutura lógica coerente e baseada em premissas verdadeiras.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) II.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.

## Questão 37

A higidez de uma democracia constitucional pressupõe observância ao princípio republicano (CANOTILHO, 2003, p. 223-225); STF – MS 24.458), estruturante do Estado para o desempenho das funções Legislativa, Judiciária e Executiva às quais competem, respectivamente, elaboração, tutela e execução de leis. A tais funções típicas somam-se funções atípicas (ou anômalas).

Neste contexto, o Legislativo possui a função precípua de elaboração de leis e fiscalização, bem como funções atípicas de administração e julgamento.

Um dos mecanismos que permite o desempenho dessas finalidades institucionais consiste nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), que “são concebidas para viabilizar o inquérito necessário ao exercício preciso do poder de fiscalizar e de decidir, entregue ao Legislativo” (MENDES; BRANCO, 2012, p. 911-915).

(MILANEZ, Bruno Augusto Vigo. *Entendendo as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)*. Jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/entendendo-as-comissoes-parlamentares-de-inquerito-cpis/>. Acesso em: março de 2025. Fragmento.)

**Durante a reunião de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para investigar possíveis irregularidades em contratos públicos, o presidente da comissão determinou a convocação de um empresário para prestar depoimento. No decorrer da sessão, houve intenso debate entre os parlamentares sobre a legalidade da convocação e a pertinência das perguntas feitas ao depoente. Além disso, um dos membros da CPI solicitou a inclusão de uma manifestação divergente em relação ao encaminhamento dos trabalhos da comissão. Como redator de ata, é necessário garantir que a reunião reflita corretamente os aspectos formais e materiais da CPI, observados os princípios jurídicos e regimentais aplicáveis. Considerando as atribuições do redator de ata e os aspectos formais e materiais das CPIs, bem como a forma de registro dessa reunião, é correto afirmar que o redator de ata deve:**

- A) Registrar, exclusivamente, a deliberação final da CPI sobre a legalidade da convocação, pois manifestações divergentes não fazem parte do escopo da ata.
- B) Priorizar a síntese dos debates, registrando apenas a posição do presidente da CPI, omitindo pedidos individuais dos membros, pois a ata deve refletir apenas decisões colegiadas.
- C) Registrar a convocação do empresário, o debate ocorrido entre os parlamentares, as manifestações individuais dos membros da CPI e a solicitação de inclusão de manifestação divergente.
- D) Registrar apenas os encaminhamentos formais da sessão, como a convocação do empresário e a decisão final da comissão, excluindo as manifestações dos parlamentares para evitar opiniões divergentes no documento.

## Questão 38

Os métodos dedutivo e indutivo são abordagens fundamentais no raciocínio lógico e na construção do conhecimento. O método dedutivo parte de premissas gerais para chegar a conclusões específicas, garantindo que, se as premissas forem verdadeiras, a conclusão também será. Por outro lado, o método indutivo baseia-se em observações específicas para formular teorias gerais, permitindo a ampliação do conhecimento, embora sem a mesma certeza absoluta da dedução.

*(Disponível em: <http://edusense.com.br/blog/metodo-indutivo-e-dedutivo/>. Acesso em: março de 2025. Fragmento.)*

**Um revisor de ata está analisando o documento final de uma reunião da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados. Durante a revisão, ele identifica que um parlamentar mencionou que, em diversos estados, houve aumento na arrecadação tributária após a implementação de um novo sistema digital de fiscalização. Com base nessa observação, o parlamentar afirmou que esse sistema é eficaz para aumentar a arrecadação em todo o país. Além disso, o redator percebe que outro trecho da ata contém uma conclusão baseada em uma norma jurídica geral, aplicada diretamente ao caso discutido na reunião. Com base nesses elementos, assinale a alternativa que identifica corretamente os métodos de raciocínio utilizados nos dois trechos analisados.**

- A) Ambos os raciocínios são indutivos, pois envolvem inferências baseadas em observações e princípios não conclusivos.
- B) O primeiro raciocínio é dedutivo, pois parte da observação de casos específicos para estabelecer uma regra geral. O segundo é indutivo, pois aplica uma norma jurídica a uma situação concreta.
- C) O primeiro raciocínio é dedutivo, pois parte de evidências concretas para tirar conclusões. O segundo é indutivo, pois baseia-se em princípios gerais para fazer inferências sobre casos particulares.
- D) O primeiro raciocínio é indutivo, pois parte de casos específicos para generalizar os efeitos do sistema digital na arrecadação. O segundo é dedutivo, pois aplica uma norma geral a um caso particular.

## Questão 39

A redação de ata requer um equilíbrio entre objetividade e clareza, assegurando que os registros sejam fiéis aos acontecimentos e decisões tomadas. A Estilística, ramo da linguística que estuda as variações de estilo na linguagem, orienta a escolha de expressões que reflitam a formalidade e precisão necessárias nesse contexto. Já a Dialética, método de diálogo e argumentação que busca a verdade por meio da contraposição de ideias, pode influenciar a estruturação lógica e coerente das informações apresentadas na ata.

*(Disponível em: <https://www.academia.edu/estilo-linguistico-do-gênero-ata-objetividade-e-subjetividade>. Acesso em: março de 2025.)*

**Considerando a importância da Estilística e da Dialética na redação de atas, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A aplicação da Estilística na redação de atas contribui para a uniformidade e adequação do estilo, garantindo que o documento seja claro e apropriado ao contexto institucional.
- II. A Dialética, ao promover a contraposição de ideias, auxilia na organização lógica dos debates registrados na ata, refletindo fielmente as discussões ocorridas.
- III. O uso excessivo de recursos estilísticos na ata pode comprometer sua objetividade, desviando o foco das informações essenciais.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

## Questão 40

Há quatro regras simples que favorecem escrever com clareza, concisão e coesão. Os brasileiros não as aprendem na escola, mas, nesta pesquisa, as estudamos e aplicamos ao texto de pós-graduandos em ciência da informação. Clareza é a propriedade de um texto inteligível, compreensível. Concisão é o uso de poucas palavras para expressar as ideias. Coesão é, conforme Sheehan (2013), a propriedade do texto cujas ideias estão conectadas, encadeadas ao longo das sentenças e parágrafos. Para Sheffield (2011), um texto pode ter melhorada sua legibilidade, expressa por essas propriedades, se (1) omitir palavras desnecessárias, (2) expressar ações em verbos (evitar nominalizações, isto é, ações expressas em substantivos), (3) tiver os verbos próximos a seus sujeitos e (4) der a informação familiar antes da novidade (introduzir, prover a informação necessária para a compreensão, em vez de fazer suspense).

(Disponível em: <https://cienciainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/>. Acesso em: março de 2025.)

**A redação de atas requer atenção a atributos essenciais, como clareza, precisão e concisão, para garantir registros fiéis e compreensíveis das reuniões. A clareza assegura que o conteúdo seja entendido sem ambiguidades, a precisão envolve a exatidão das informações registradas e a concisão busca transmitir o máximo de informação com o mínimo de palavras, evitando redundâncias. Sendo assim, na elaboração de uma ata, a concisão é essencial porque:**

- A) Prioriza a utilização de termos técnicos e complexos, garantindo maior formalidade ao documento.
- B) Substitui a clareza e a precisão na escrita, eliminando informações detalhadas para manter a ata curta.
- C) Evita repetições desnecessárias e permite um registro objetivo dos fatos, sem comprometer o conteúdo essencial.
- D) Torna o documento mais extenso e detalhado, assegurando que todas as falas dos participantes sejam transcritas integralmente.

### ATENÇÃO



**NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.**  
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. A aplicação das provas terá duração de três horas para todos os cargos de nível técnico e médio e quatro horas para todos os cargos de nível superior. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e o preenchimento da Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), quando houver.
5. O caderno de provas é composto por quarenta questões.
6. As questões da prova objetiva são do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), quando houver, devidamente assinados nos locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir dos noventa minutos do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato somente poderá se retirar do local de provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os três últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h da segunda-feira subsequente à realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.